



Documento de Trabalho

Observador Rural

A ECONOMIA POLÍTICA DO CORREDOR DE
NACALA: CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE
ECONOMIA EXTROVERTIDA EM
MOÇAMBIQUE

Tomás Selemane

Nº 56

Setembro
2017

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

A ECONOMIA POLÍTICA DO CORREDOR DE NACALA: CONSOLIDAÇÃO DO PADRÃO DE ECONOMIA EXTROVERTIDA EM MOÇAMBIQUE

Thomas Selemane¹

RESUMO:

Este texto aborda a economia política do Corredor de Nacala entendido como a região geográfica que parte do Porto de Nacala, na cidade nortenha com o mesmo nome, passando pela linha de transporte ferroviária e rodoviária que vai até ao vizinho Malawi. Por esta razão, uma parte da análise é centrada no chamado Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), sua viabilidade e nos interesses empresariais da elite política nacional que nele se cruzam.

A pesquisa foi feita combinando informação secundária recolhida em documentos e publicações sobre o Corredor de Nacala e o quadro teórico da Economia Política, e informação primária recolhida por via de entrevistas semi-estruturadas feitas a diversos actores intervenientes no desenvolvimento do Corredor de Nacala.

As técnicas de recolha de dados consistiram no cruzamento de informação, recolhida em entrevistas e em fontes secundárias, sobre a interacção entre processos políticos e as dinâmicas económicas numa sociedade, a distribuição de poder e riqueza entre diferentes grupos de interesse, bem como os processos que criam, reproduzem e sustentam as relações de poder entre mentores e executores, vencedores e perdedores do desenvolvimento.

A principal conclusão é a seguinte: a configuração do Corredor de Nacala representa uma consolidação do padrão de economia extrovertida: o conjunto formado pelo investimento directo estrangeiro (IDE) ao longo do corredor, o seu funcionamento e a sua fraca ligação com a economia nacional, serve menos os interesses nacionais e mais os interesses estrangeiros.

Palavras-chave: economia política; corredor de Nacala; investimento directo estrangeiro, economia extrovertida desenvolvimento local.

¹ Tomás Selemane é Mestre em Economia Política do Desenvolvimento na Universidade de Witwatersrand, África do Sul. Diplomado em Gestão de Finanças Públicas (Universidade de Harvard, EUA), Licenciado em Gestão e Finanças (Instituto Superior de Transportes e Comunicações - ISUTC, Maputo, Moçambique). É consultor independente em economia, gestão de finanças públicas e governação. É membro do Conselho de Direcção do OMR.

1. INTRODUÇÃO

O Corredor de Nacala é uma das regiões mais importantes da economia e da política moçambicana. Abrangendo as províncias mais extensas do país: Niassa, Nampula e Zambézia – sendo estas duas últimas as mais populosas do país, aquele corredor serve de elo de ligação de Moçambique com os países vizinhos do Malawi e Zâmbia.

O porto de águas profundas, localizado na cidade de Nacala, conjugado com a linha férrea que liga a vila carbonífera de Moatize, constitui o maior empreendimento económico no que se designa de Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN). Faz ainda parte do Corredor de Nacala a estrada Nacala-Nampula-Cuamba-Malawi.

Outros investimentos estão em curso ao longo do Corredor, com particular interesse no sector do agro-negócio. Vários dirigentes do partido Frelimo incluindo o antigo Presidente Armando Guebuza e o actual Filipe Nyusi estão entre as figuras com interesses empresariais na logística e agro-negócios naquele corredor, conforme se demonstra ao longo deste texto.

Este cenário faz com que a compreensão das dinâmicas económicas, políticas e das alianças de poder configuradas ao longo do Corredor de Nacala seja importante para compreender a natureza de desenvolvimento que se vai construindo no Moçambique de hoje e de amanhã.

Este texto pretende ser um contributo para essa compreensão. A pesquisa que lhe deu corpo faz parte do Projecto “Efeitos sobre o Meio Rural e Agricultura dos Grandes Projectos” em implementação no Observatório do Meio Rural (OMR) do qual o autor faz parte como investigador associado.

O texto está estruturado em cinco secções para além desta introdutória. A segunda secção apresenta os objectivos da pesquisa. A secção três detalha a metodologia usada no decurso da pesquisa, ao passo que a quarta secção apresenta o enquadramento teórico da perspectiva da abordagem adoptada nesta pesquisa: a análise de economia política.

A secção cinco contém os resultados da pesquisa e a sua análise. Nela é apresentada a caracterização socio-política do Corredor de Nacala, as motivações por detrás dos grandes volumes de investimentos direccionados àquela região, e são apresentados os principais intervenientes empresariais bem como as alianças de poder por eles engendradas. Faz-se igualmente uma apresentação dos conflitos derivados do IDE e do papel das organizações da sociedade civil. A sexta, e última, secção resume as conclusões e as lições que se podem tirar desta análise.

2. OBJECTIVOS DA PESQUISA

A pesquisa procura responder a cinco objectivos conforme se descreve abaixo:

- i. Estudar os interesses dos diferentes tipos de agentes económicos, sociais (incluindo organizações da sociedade civil e do poder político envolvidos), suas expectativas, alianças, articulação e conflitos;
- ii. Conhecer os investimentos em curso no Corredor de Nacala por sector de actividade, volume de investimento, origem dos capitais e fase de implementação;
- iii. Inventariar as diferentes formas de financiamento dos investimentos e fundos relacionados com o desenvolvimento do Corredor de Nacala;
- iv. Identificar os conflitos existentes e potenciais com as comunidades e agentes económicos locais; e
- v. Conhecer como o Estado, aos diferentes níveis territoriais, tem desenvolvido as suas funções no desenvolvimento do território.

3. METODOLOGIA E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa foi feita combinando informação secundária recolhida em documentos oficiais do Governo de Moçambique como, por exemplo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Norte e o Plano Estratégico da Província de Nampula (PEP) 2010-2020; bem como em estudos e publicações sobre o Corredor de Nacala: pesquisas feitas pela UNAC e GRAIN, reportagens jornalísticas e análises de agências de desenvolvimento como a JICA; e informação primária recolhida por via de entrevistas semi-estruturadas feitas a diversos actores intervenientes no desenvolvimento do Corredor de Nacala. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Nacala-Porto, Nampula e nas vilas de Ribaué e Malema no primeiro semestre de 2017. Foram realizadas no total 25 entrevistas com representantes do Governo em Nampula, Nacala e Ribaué (seis entrevistas); empresários de Nampula, Nacala e Ribaué (seis entrevistas); activistas da sociedade civil em Nampula, Nacala, Ribaué e Malema (sete entrevistas) e membros de associações de camponeses em Ribaué e Malema (seis entrevistas).

Do Governo foram entrevistados representantes dos sectores da indústria, comércio e agricultura (actividades económicas). Os empresários abrangidos pelas entrevistas operam no sector de agro-indústria, comércio geral e logística. Os membros da sociedade civil entrevistados são representantes de organizações que trabalham à volta de questões de posse e uso de terra, recursos naturais e agricultura.

Fez-se a análise numa perspectiva de economia política – entendida como a interacção entre processos políticos e as dinâmicas económicas numa sociedade, a distribuição de poder e riqueza entre diferentes grupos de interesse, bem como os processos que criam, reproduzem e sustentam as relações de poder entre mentores e executores, vencedores e perdedores do processo de desenvolvimento.

Como qualquer pesquisa, esta também tem as suas limitações, sendo as mais importantes as seguintes: a primeira limitação é relacionada com a falta de abrangência de todo o Corredor de Nacala na recolha de dados primários – a pesquisa de campo abrangeu apenas os distritos de Nacala-Porto, Cidade de Nampula, e os distritos de Malema e Ribaué.

A segunda limitação importante tem a ver a com a não inclusão na análise da totalidade de informação oficial atinente aos volumes de investimento directo estrangeiro realizado ao longo daquele corredor. Foi incluída apenas informação disponível em fontes abertas e dados já publicados em outras pesquisas e relatórios.

4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

4.1. Análise na perspectiva da economia política

A economia política é entendida aqui como sendo a interacção entre processos políticos e as dinâmicas económicas numa sociedade, a distribuição de poder e riqueza entre diferentes grupos de interesse, bem como os processos que criam, reproduzem e sustentam as relações de poder entre mentores e executores, vencedores e perdedores do desenvolvimento socioeconómico numa determinada região geográfica (Staniland 1985; Caporaso 1992; Chang e Rowthorne 1995, Gamble 1995).

Esta definição chama particular atenção para a política, entendida em termos de contestação e disputa entre grupos de interesse com reivindicações concorrentes sobre direitos e recursos de poder. Entendida nestes termos, a análise de economia política (AEP) preocupa-se igualmente com a economia enquanto conjunto de processos que geram riqueza e que influenciam a forma como as escolhas de políticas públicas são feitas. Assim, economia política é uma abordagem de análise do conjunto de processos inter-relacionados que geram, reproduzem e sustentam o

desenvolvimento socioeconómico olhando para as relações de poder entre os diferentes grupos de interesse que dele participam.

4.2. Dois tipos de economia política: a clássica e a neoclássica

A literatura (por exemplo, DFID 2009; ADB 2013; Fritz *et al.* 2014) fala de economia política como ferramenta de análise muitas vezes sem distinção. Ou como se existisse economia política enquanto ferramenta homogénea de análise dos processos de desenvolvimento socioeconómico (Hudson e Leftwich 2014). Na verdade, existem dois tipos de economia política: a “economia política clássica”, hoje também chamada de heterodoxa e a “nova economia política” que é mais alinhada com a economia neoclássica (Gamble, 1995).

A economia política clássica consiste em duas partes principais do estudo: a teoria do valor e da distribuição e o argumento para a auto-regulação do mercado. Podemos constatar a existência de análises de economia política no famoso texto “O Príncipe” de Maquiavel, mas a concepção actualmente dominante em textos académicos vem da famosa obra de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*, 1776) indo até aos “Princípios de Economia Política” de John Stuart Mill em 1848. Para vários autores (Gamble 1995; Mosca 2004; Castel-Branco 2010; Hudson e Leftwich 2014), a designação correcta da ciência económica é “economia política” – mais respeitante da ideia da abordagem original que esteve na base da criação da economia enquanto ciência social. Esta abordagem de economia política clássica, heterodoxa, é a que usamos neste texto.

Outro tipo de economia política é a chamada “Nova Economia Política”; do inglês: “New Political Economy (Staniland 1985; Caporaso 1992; Gamble 1995) é alinhada com a economia neoclássica, da economia neoliberal, particularmente nas suas vertentes de “escolha racional” e “escolha pública” (do inglês: “rational choice and public choice”), representando, acima de tudo, uma vigorosa tentativa, mas fracassada, de desconstruir a abordagem clássica da economia política.

4.3. Economia extrovertida: o que é?

O conceito de “economia extrovertida” refere-se ao padrão de atracção de investimento directo estrangeiro (IDE) direccionado à exploração e exportação de recursos naturais, sem adição de valor, beneficiando, dessa forma, os mercados externos em prejuízo do mercado doméstico (Mosca 2004; 2010; Castel-Branco 2010; Selemane 2014). A economia extrovertida vive da secundarização do mercado doméstico nas suas diversas vertentes: estabelece fracas ligações com o mercado doméstico, cria poucos postos de trabalho para a dimensão dos investimentos realizados, promove limitada transferência de tecnologia, dificultando, por isso, o desenvolvimento do empresariado local.

A economia extrovertida gera desenvolvimento exógeno em contraposição ao desenvolvimento endógeno. Paraphrasing Mosca (2010), a economia extrovertida comporta três atributos principais, a saber:

- i. Estratégias e políticas económicas definidas sem consideração das dinâmicas socio-económicas locais;
- ii. Exploração e exportação de recursos naturais, particularmente terra e minérios, de forma predadora, sem respeito pelo meio social e ambiental em que eles são explorados;
- iii. Ausência de retenção no país do valor acrescentado gerado na cadeia de valor dos recursos naturais explorados.

Enquanto parte integrante da lógica do capitalismo global de exploração máxima dos recursos naturais existentes em diferentes partes do planeta, o modelo de economia extrovertida encontra parceiros nos mercados domésticos. Geralmente, são políticos-empresários ou empresários emergentes que vivem da participação em negócios sem realização de capital, servindo-se apenas da sua influência política juntos dos decisores públicos.

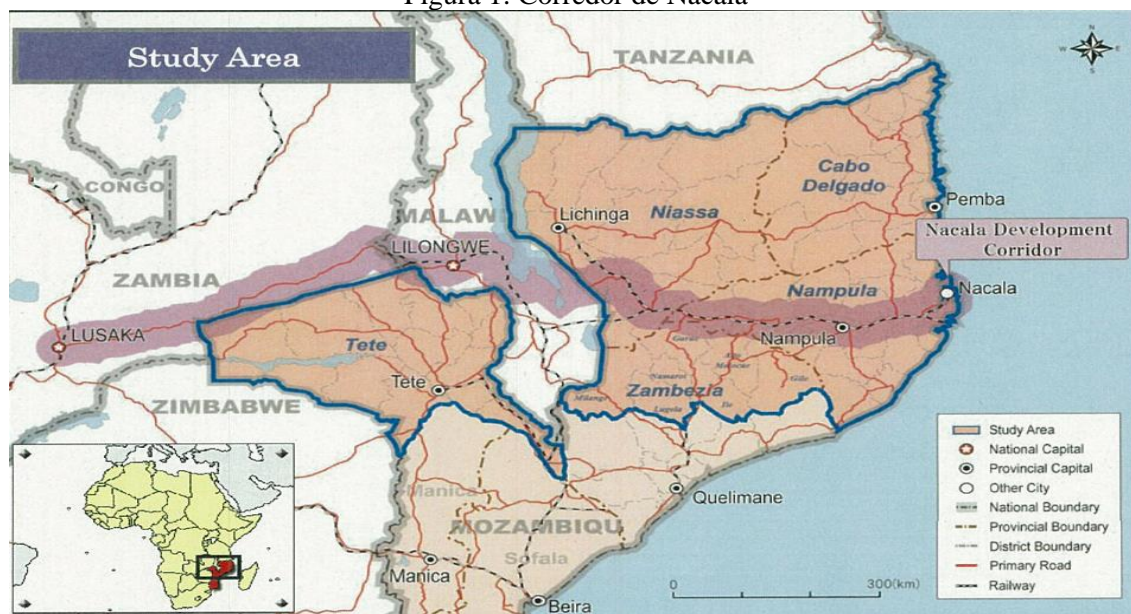
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1. O Corredor de Nacala: caracterização e delimitação da área estudada

Sem contar com os territórios malawiano e de Tete, o Corredor de Nacala abrange uma área de cerca de 14 milhões de hectares em 10 distritos de Nampula (Nacala-Porto, Meconta, Monapo, Mecubúri, Muecate, Mogovolas, Murrupula, Lalaua, Rapale e Ribaué); em sete distritos do Niassa (Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, Ngauma, Lichinga, Majune e Sanga) e em dois distritos da Zambézia: Alto Molócue e Gurué.

O mapa seguinte ilustra a região geográfica coberta pelo Corredor de Nacala.

Figura 1: Corredor de Nacala



Fonte: GRAIN 2015, Os Usurpadores de Terras no Corredor de Nacala, disponível em <https://www.grain.org/media/BAhbBlSHOGZmSSIIIMjAxNS8wMi8xOC8wMI8wNV8zM181MTIfTmFjYWxhX3N0cmF0ZWd5X3B5YW4ucG5nBjoGRVQ>

O Corredor de Nacala faz parte da região onde predomina o maior partido político de oposição em Moçambique, a Renamo que controlou a grande maioria daqueles distritos durante a guerra dos 16 anos, com a exceção do território do Niassa. Nas primeiras eleições legislativas havidas em 1994, a RENAMO ganhou 32 assentos parlamentares na província de Nampula, enquanto a FRELIMO ficou com 20 assentos; na Zambézia, a RENAMO arrecadou 29 assentos contra 18 da FRELIMO. Nas últimas eleições legislativas de 2014, as duas principais forças políticas empataram em Nampula com 22 assentos parlamentares cada uma; na Zambézia, a RENAMO continuou vencedora com 22 assentos contra 18 assentos parlamentares ganhos pela FRELIMO; e no Niassa, a FRELIMO venceu com vantagem de um assento sobre a RENAMO: sete para FRELIMO e seis para a RENAMO.

O principal factor caracterizador do Corredor de Nacala é a linha férrea Moatize-Nacala no empreendimento conhecido como Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN). Por esta razão a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa começa com o CLIN, sua viabilidade e os interesses empresariais da elite política nacional que nele se cruzam.

5.2. O Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN)

O Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), no norte de Moçambique, é um empreendimento composto por uma linha férrea de 912 km que parte da mina de carvão em Moatize, na província central de Tete, e termina no terminal portuário de Nacala-a-Velha. O

mesmo foi inaugurado a 12 de Maio de 2017. Trata-se de um troço da ferrovia com uma extensão de 200 km que atravessa a vizinha República do Malawi, um pequeno país enclavado no “sovaco de Moçambique” (AMI 2017) entre as províncias centrais de Tete e Zambézia e a província moçambicana do Niassa.

O facto de a infraestrutura passar pelo vizinho Malawi, combinado com a história de crispação política e diplomática que rodeia a relação entre os dois países desde o período pré-independência nacional de Moçambique, leva a que a viabilidade do CLIN para escoar o carvão mineral de Moatize até Nacala dependerá sempre da boa vizinhança entre os dois países. Este é um desafio geopolítico que vai acompanhar a linha férrea Moatize-Nacala ao longo de toda a sua vida útil, enquanto continuar a passar pelo Malawi (Selemane 2014; AMI 2017).

O Malawi é um país, sem acesso directo ao mar, que depende dos portos moçambicanos da Beira e de Nacala para as suas importações, particularmente de combustíveis líquidos, medicamentos e equipamento médico-cirúrgico, provenientes dos mercados europeu e asiático, grande parte das quais por via terrestre com recurso a camiões-cisterna; e exportações de bens alimentares (Selemane 2014).

Com a reabilitação e ampliação da linha férrea Moatize-Nacala, os operadores do projecto, sobretudo a Vale S.A., têm argumentado que a mesma servirá para o Malawi reduzir os custos das suas mercadorias, usando a via ferroviária ao em vez da rodoviária. No entanto, a preferência do Malawi tem sido, desde sempre, a utilização do porto da Beira e não o de Nacala que fica cinco vezes mais distante, representando, por isso, uma opção muito mais cara para as respectivas exportações e importações.

De notar que as obras de reabilitação e ampliação da linha Moatize-Nacala terem sido feitas especificamente para escoar carvão mineral, como referido pelo Presidente do Conselho de Administração do Corredor Logístico de Nacala, Renato Torres (AMI 2017). Segundo este responsável, a capacidade instalada de escoamento da linha férrea é de 18 milhões TON de carvão mineral por ano. Embora as perspectivas para a exploração das reservas de carvão sejam optimistas, a capacidade instalada pode, no entanto, não vir a não ser totalmente utilizada tendo em conta que algumas das principais empresas já criticaram os elevados custos cobrados pelo operador, como é o caso da indiana Jindal e de operadores chineses.

Iniciado em 2012, com um investimento total na ordem de USD 4,5 mil milhões, o consórcio, inicialmente formado pela Vale S.A. e pela empresa pública moçambicana Portos e Caminhos de Ferro (CFM), integra, desde Março de 2017, um terceiro accionista: o conglomerado japonês MITSUI. Trata-se de um projecto financiado pela Vale com o objectivo de rentabilizar o investimento por via do crescimento da produção mineira e da utilização da infraestrutura por parte de outros operadores minerais da região. Conforme dados obtidos em entrevistas com empresários de Nampula e Nacala, o custo logístico é considerado muito elevado, situação que a Vale justifica como resultante do investimento na recuperação da linha ferroviária, sistemas portuários e compensações.

Depois de dominadas pela Vale Emirates Limited durante seis anos, as operações da Vale em Moçambique foram vendidas à MITSUI em Março de 2017. Na altura, a Vale anunciou ter recebido USD 733 milhões, permitindo à MITSUI adquirir 15% de participação no mega-projecto de carvão mineral de Moatize e 50% de participação no Corredor Logístico Integrado de Nacala. Com esta nova composição accionista, o CLIN é detido pela MITSUI, pela Vale S. A. e pelos CFM.

A entrada da MITSUI no Corredor de Nacala, por via da Vale, faz parte de uma estratégia mais vasta do governo japonês em penetrar e estabelecer-se na região austral de África também através de Moçambique. A MITSUI está igualmente presente no sector do gás. Para além da sua participação accionista na Vale, o Japão, por via da sua agência de cooperação internacional, a

JICA, tem uma parceria com o governo moçambicano, que inclui um projecto no porto de carga geral de Nacala-porto.

Com o CLIN, segundo cálculos da AMI (2017), o Estado moçambicano poderá encaixar cerca de 10 milhões de dólares norte-americanos em impostos e taxas, mais 4 mil postos de trabalho criados – um nível muito baixo quando comparado com o volume de investimento realizado (4,5 mil milhões de USD) – estando, assim, em linha com o padrão dos grandes projectos que se caracteriza pela criação de poucos postos de trabalho dada a sua intensidade em capital, servindo mais os interesses de fora do país do que os de dentro: uma economia extrovertida.

O benefício para a economia regional é, por enquanto, uma potencialidade que só se materializará se a operacionalização do empreendimento tiver sucesso, é o caso do Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (estudo financiado pela cooperação japonesa), através do qual o CLIN é considerado factor de atractividade para o investimento estrangeiro em sectores como energia, agricultura, indústria e infraestruturas na região. Esse sucesso depende, desde logo, da paz e estabilidade política dentro de Moçambique, que passa por um entendimento definitivo entre o Governo e a Renamo. Dependerá igualmente da convivência pacífica com o vizinho Malawi.

O facto de a linha férrea, destinada sobretudo a transportar carvão mineral – fonte energética conhecida como poluente, atravessar o centro da cidade de Nampula, e outras áreas residenciais, levanta dúvidas sobre os impactos ambientais que aquela infraestrutura vai gerar no meio-ambiente.

A reabilitação e ampliação daquela infraestrutura implicaram a deslocação de mais de 1600 famílias, que receberam igual número de casas construídas pela Vale. Mesmo com a má experiência do reassentamento de 1313 famílias em Moatize, aquando da implantação da mina (Selemane 2010; Mosca e Selemane 2011), a Vale não conseguiu evitar a repetição dos erros cometidos nos processos de reassentamentos: famílias insatisfeitas com a qualidade das casas construídas e, embora findo o processo de reassentamento na óptica da empresa, o mesmo continua para as famílias abrangidas sob forma de reclamações e protestos junto da empresa.

Servindo especificamente para escoar carvão mineral, o (CLIN) reforça o padrão da economia moçambicana na sua dimensão extrovertida: extracção de matérias-primas e sua exportação sem processamento numa lógica de criação de infraestruturas que visam servir os interesses no exterior, incluindo os países do *hinterland*, e não para interligar a economia moçambicana que tanto carece de uma via férrea que ligue norte e sul. As únicas formas de ligação norte-sul são a via terrestre, com os problemas conhecidos da degradação da via em vários troços, a via aérea, que é muito cara com passagens que chegam a custar mais do que uma viagem de Maputo para Lisboa, e, finalmente, a via marítima que neste momento não é usada.

5.3. Os interesses empresariais ao longo do Corredor de Nacala e as alianças de poder

A subsecção que se segue analisa os principais interesses empresariais existentes ao longo do Corredor de Nacala e como eles se entrosam com o poder político, particularmente com altos dirigentes da FRELIMO, e como esse entrosamento condiciona a configuração do desenvolvimento actual e futuro daquela região.

De entre os dirigentes políticos com interesses empresariais naquele corredor, destaque vai para o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, tendo como seu sócio em diversos empreendimentos, o empresário Salimo Abdula, o actual Presidente da República, Filipe Nyusi, e os seus aliados mais próximos: Alberto Chipande, Raimundo Pachinuapa e Lagos Lidimo.

O interesse dessas figuras em envolverem-se nos negócios naquela região é movido, não somente pelas oportunidades empresariais que ali se encontram, mas também pelas dificuldades

que a FRELIMO sempre enfrentou para a sua inserção junto do eleitorado macua-lomwé que habita os distritos do Corredor de Nacala.

Assim, a criação de empreendimentos empresariais no sector agro-industrial, para além do negócio lucrativo que representa numa região com muito potencial agrícola e disponibilidade de vários recursos naturais (minerais preciosos, floresta e fauna bravia), tem outros dois objectivos estratégicos: primeiro, é uma forma de cativar as atenções da população camponesa de forma a abandonar as suas simpatias pela RENAMO.

Segundo, pela importância geoestratégica do Corredor de Nacala na sua ligação com os países vizinhos Malawi e Zâmbia, a implantação de projectos empresariais naquela região é uma forma de marcar presença, facilitando o controlo na comunicação e na logística entre Moçambique e o resto da região austral de África por via daqueles dois países do hinterland.

Porém, como se demonstra a seguir, essa estratégia tem sido mal sucedida devido ao *modus operandi* neocolonial que os empreendimentos de grandes investimentos estrangeiros seguem: tentativa de implantação de grandes projectos agro-industriais em vastas áreas de terra, sem consideração pela configuração territorial nem socio-económica dos locais onde os investimentos são realizados.

5.3.1. Portos do Norte SA: Nyusi, Chipande, Pachinuapa, Lidimo e outros

A empresa Portos do Norte é uma sociedade anónima dirigida pelo empresário moçambicano Fernando Couto, associado a dois homens fortes aliados do Presidente Filipe Nyusi, nomeadamente Alberto Chipande e Raimundo Pachinuapa (através do Consórcio Cabo Delgado), ambos da etnia maconde a que pertence o Presidente Filipe Nyusi.

Outras figuras importantes da Frelimo incluem Abdul Magid Osman, um ex-ministro do Plano e Finanças, José Mateus Kathupa, ex-ministro da Cultura e actualmente deputado da Assembleia da República pela Bancada da Frelimo, onde igualmente desempenha a função de porta-voz da Comissão Permanente. São reportados ainda diversos interesses locais centrados em Nampula, incluindo o Major General Frazão Chale, ex-comandante do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), próximo de Chipande e do General Lagos Lidimo (actual director do Serviços de Informação e Segurança do Estado, SISE), de quem é sócio na empresa Olima Investimentos. O próprio Presidente da República Filipe Nyusi é citado como tendo interesses indirectos no Corredor de Nacala, através da empresa SOMOESTIVA (AMI 2017).

De acordo com Adriano Nuvunga (2014), a Portos do Norte S.A. nasceu, primeiro, como uma parceria público-privada com o beneplácito do Conselho de Ministros que, sob influência dos poderosos proponentes daquela sociedade, permitiu que a sua publicação em Boletim da República omitisse os nomes dos sócios moçambicanos.

5.3.2. AgroMoz: Américo Amorim, Armando Guebuza e Salimo Abdula

Estabelecida em 2012, a AgroMoz é uma sociedade agro-industrial detentora de um DUAT de uma área de 9 mil hectares em Lioma, no Gurué. Ela é formada por Américo Amorim (por vezes considerado o mais rico de Portugal, entretanto falecido), pelo antigo Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, e seu sócio Salimo Abdula (UNAC-GRAIN, 2015). A AgroMoz, de facto, faz parte da AGS Moçambique, S.A., uma empresa moçambicana detida por duas subsidiárias portuguesas do Grupo Amorim (Solfim SGPS e Sotomar – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.) e a ESF Participações, uma subsidiária da ESF Investimentos, controlada pela Intelec e SF Holdings, as duas presididas pelo principal parceiro de negócios de Guebuza, Salimo Abdula.

Segundo relatos contidos na publicação “Os Usurpadores de Terras do Corredor de Nacala”, em 2012, “*representantes da AgroMoz chegaram ao posto administrativo de Lioma, às pressas obtiveram direito às terras com algumas autoridades do Governo e começaram a desalojar das terras mais de mil camponeses da aldeia de Wakhua. De acordo com outro agricultor de Wakhua, Mariana Narocori, mãe de três filhos, quando o processo para a concessão de terra começou, foi chamada para participar de uma reunião anunciada pelo chefe local, onde foi anunciado que as terras seriam entregues à AgroMoz*”.

5.3.3. O Projecto Rio Lúrio: Rui Monteiro e os “Panamá Papers”

O Projecto Rio Lúrio e o empresário moçambicano Rui Monteiro foram uma parte dos protagonistas da entrada de Moçambique no mediático escândalo de divulgação de documentos confidenciais referentes ao registo de empresas na região *off-shore* do Panamá, em 2016, que ficou conhecido como “*Panamá Papers*” Tanto o projecto como o seu principal gestor, Rui Monteiro, foram citados no escândalo por tentarem vender 240 mil hectares a empresas sediadas *off-shore*.

O Projecto Rio Lúrio foi lançado em Janeiro de 2014, com um orçamento total de 4,2 mil milhões de dólares norte-americanos, para ser implantado ao longo da Bacia do Rio Lúrio, numa extensão de terra de 240 mil hectares, cruzando as três províncias do norte do país: Cabo Delgado (18%), Niassa (25%) e Nampula (57%). Estima-se que vivam na zona abrangida cerca 500 mil pessoas, das quais cerca de 100 mil, na maioria camponesa, poderão ser desalojadas se o projecto avançar (Sharife e Nhachote 2016). Esse projecto é gerido pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio que, por sua vez, é administrada pela TurConsult Ltd, propriedade de Rui Monteiro, um influente empresário no sector hoteleiro e turístico de Moçambique, e a Agricane, uma empresa sul-africana que tem prestado serviços de consultoria e gestão em muitos projectos de agro-negócio de grande escala em África, com maior destaque no açúcar.

Conforme a pesquisa de Sharife e Nhachote (2016), o empresário Rui Monteiro é representante em Moçambique da Rani Resorts, propriedade de Sheik Adel Aujan, um financiador ligado a grandes investidores do Golfo Pérsico. Vários entrevistados consideram Aujan o rei do turismo de luxo em Moçambique. Grande parte do turismo de Rani está em redor do corredor de Nacala: ilhas privadas, SPAs, *resorts* e hotéis de cinco estrelas, acampamentos de luxo e participações imobiliárias. Esta empresa opera sob duas subsidiárias:

- i. **Niassa Green Resources (NGR)**, na província de Niassa, com o objectivo de construir duas barragens hidroeléctricas (de 40 MW e 15 MW) no curso do Rio Lúrio, visando facilitar um outro projecto de regadio, abrangendo 160 mil hectares. A NGR procura desenvolver cerca de outros 140 mil hectares para agricultura de sequeiro, agricultura por contrato e produção de gado. Pretende ainda produzir algodão, milho, outros cereais e gado para exportação, enquanto a cana-de-açúcar é para a produção de biocombustível etanol. O projecto vai afectar aproximadamente mais de 500 mil pessoas que vivem na área abrangida pelo projecto (UNAC-GRAIN 2015)
- ii. **Lúrio Green Resources (LGR)**, na província de Nampula, que já opera nos distritos de Ribaué, Mecubúri e Rapale, e plantou 4000 hectares dos 126.000 hectares planificados; cerca de 172 hectares, dos 54 mil hectares previstos, foram divididos para 350 beneficiários para lançar o projecto de fomento (*outgrower*). O seu investimento está avaliado em 2,2 bilhões de dólares americanos, dos quais 209 milhões serão alocados para plantações de eucalipto, e os restantes para a construção de outras infra-estruturas industriais, incluindo as de apoio ao projecto.

5.3.4. Moçaco: os grupos Espírito Santo e João Ferreira dos Santos

A *Mozambique Agriculture Corporation* (Mozaco) é uma empresa criada em 2013 através de uma parceria entre a sociedade de investimentos do Grupo Espírito Santo (Rioforte) e o grupo moçambicano João Ferreira dos Santos (JFS), fazendo parte do lote das empresas integrantes da Nova Aliança para a Segurança Alimentar do G8. A Rioforte tem sede no Luxemburgo e foi criada, em 2009, como veículo para os activos não-financeiros do Grupo Espírito Santo (BES) que, devido ao escândalo financeiro deste grupo, colocou a Rioforte no grupo dos activos tóxicos do BES; por deliberação do Tribunal Comercial de Luxemburgo em Outubro de 2014, este grupo de activos tóxicos deve ser liquidado e os fundos daí resultantes devem ser usados para pagar aos credores vítimas dos esquemas fraudulentos do BES (ADECRO 2015).

Segundo dados divulgados pela UNAC-GRAIN (2015), a Mozaco adquiriu um DUAT relativo a 2.389 hectares no povoado de Natuto, Distrito de Malema, Província de Nampula, em Junho de 2013, onde planeava cultivar soja e algodão. A empresa é citada como tendo afirmado que o seu “*objectivo é expandi-lo até chegar aos 20.000 hectares*”. Pretendia ainda levar a cabo a produção por contrato envolvendo entre 116 a 170 camponeses, num terreno de 83 hectares, com base num programa criado pela organização não-governamental (ONG) norte-americana TechnoServe.

A área ocupada pela Mozaco na comunidade de Natuto, Posto Administrativo de Canhunha, no Distrito de Malema, é uma área que, na época colonial, foi ocupada por um agricultor chamado Morgado, que produzia tabaco e algodão numa área de aproximadamente mil hectares. Após a independência, o Governo interveio e instalou aí uma empresa estatal de nome Unidade de Namele, que também explorava machambas estatais nos distritos de Ribaué e Lalua. No seu auge, a então machamba estatal empregava cinco mil trabalhadores mas, por volta de 1989, com a intensificação da guerra civil, aquela machamba foi encerrada (UNAC-GRAIN 2015).

5.3.5. Os avanços e recuos do ProSAVANA: Governos do Japão, Brasil e Moçambique

De todos os empreendimentos existentes ao longo do Corredor de Nacala, o ProSAVANA é o maior em todos os títulos: extensão de terra pretendida (14 milhões de hectares em 19 distritos de Nampula, Zambézia e Niassa – ou seja, uma área geográfica maior do que todo o território malawiano), grande quantidade de pessoas abrangidas (cerca de 40 mil agricultores), volume de investimento envolvido, correlação de forças entre Governo e organizações da sociedade civil (OSC), envolvimento directo de Governos de outros países, para além de Moçambique, nomeadamente, Brasil e Japão, incluindo a coligação das OSC dos três países envolvidos. Por estas razões, o projecto tem sido marcado por avanços e recuos.

O projecto foi lançado em 2011, durante o Governo de Armando Guebuza, quando o ministro José Pacheco tinha sob sua tutela tanto a agricultura como a terra. O mesmo foi concebido com base na inspiração da experiência adquirida em programas brasileiros de desenvolvimento agropecuário, realizados em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), principalmente o Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e Programas de Assentamento Dirigido no Distrito Federal (PAD-DF), desenvolvido a partir de 1973. Na sua concepção original, o ProSAVANA pretendia abranger 40 mil agricultores familiares com vista a empregar tecnologias recomendadas e orientar os produtores para o mercado para que, no fim, os índices de produtividade agrícola e da produção regional das espécies triplicassem.

Depois de várias e longas contestações ao ProSAVANA, os seus proponentes abandonaram a maioria das suas pretensões: o prazo de implementação do projecto está claramente fora do que se pretendia – passados cinco anos após o lançamento do projecto nem o Plano Director está concluído, a receptividade que se esperava das famílias camponesas residentes ao longo do Corredor de Nacala nunca chegou a existir, o posicionamento das organizações da sociedade

civil é difuso em resultado da estratégia adoptada pelos proponentes do ProSAVANA de “dividir para reinar”, bem como em resultado das diferenças ideológicas das organizações da sociedade civil que trabalham à volta do ProSAVANA e das agências de desenvolvimento que as apoiam. Com efeito, existem actualmente duas coligações de OSC que tratam do mesmo ProSAVANA, mas de forma oposta uma da outra, sendo uma contra (Movimento Não ao ProSAVANA) e outra a favor (Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o ProSAVANA) – este aspecto é analisado em detalhe mais adiante.

5.4. Actuais e potenciais conflitos entre as comunidades e os investidores

Sendo um dos principais destinos do investimento directo estrangeiro direccionado à agro-indústria – com busca de vastas extensões de terra, sem respeito pelos direitos dos camponeses – o Corredor de Nacala tem sido palco de vários conflitos entre as comunidades ali residentes e os investidores. Esta subsecção analisa alguns desses conflitos, actuais mas também os potenciais, para possíveis acções de prevenção.

5.4.1. O caso ProSAVANA

O primeiro conflito gerado pelo ProSAVANA foi a sua concepção. O processo nunca foi transparente, nem realista, muito menos respeitante da realidade local. O mesmo foi conduzido pelo Governo, sem uma estratégia de comunicação nem predisposição para negociação com as famílias abrangidas ou seus representantes.

Em Junho de 2015, a sociedade civil denunciou irregularidades no processo de diálogo na auscultação pública sobre o ProSAVANA. No dia 12 de Junho de 2015, realizou-se uma “reunião de auscultação sobre o ProSAVANA” no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo. A reunião foi dirigida e moderada pelo Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco.

Insatisfeitas com a forma como a reunião foi convocada e conduzida, várias OSC² - que mais tarde viriam a congregar-se no que agora se chama de “Movimento Não ao ProSAVANA”, apontaram a violação dos preceitos da “Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental”, nomeadamente:

- i. O Princípio de Independência, que defende que, “*no processo de auscultação e consulta, devem ser criadas condições para que o resultado possa reflectir as preocupações reais dos afectados e interessados e não seja dominado por nenhum interesse particular alheio ao processo*”;
- ii. O Princípio da Responsabilidade, que defende que “*o processo de auscultação e consulta públicas deverá representar de uma forma fiel e responsável as preocupações de todos os intervenientes no processo*”. Mas também é de acrescentar que houve a violação de leis internacionais, tais como a Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, que garante o direito ao consentimento livre e antecipado dos afectados.

Assim, aquela auscultação que o Governo pretendia que fosse considerada como “*consulta pública*” foi invalidada pelas OSC. Desde então, o ProSAVANA teve mais recuos do que avanços. O Plano Director nunca passou do “*draft zero*” até que acabou sendo totalmente desconsiderado.

² Fizeram parte dessa denúncia as seguintes organizações: Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC); Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nacala; Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula; Fórum Mulher; Justiça Ambiental (JA!); Liga Moçambicana dos Direitos Humano (LDH); Livaningo; Marcha Mundial das Mulheres; e União Nacional de Camponeses (UNAC).

Os contestatários do ProSAVANA têm argumentado que, com base na experiência brasileira, onde as mesmas tecnologias agrícolas foram empregues, a redução da produtividade em novas terras chegou a atingir 60%, a curto e médio prazos, e a uma total improdutividade das terras, a longo prazo, o que colocou as famílias em situação de insegurança alimentar. Assim, quanto maior for o avanço do agronegócio, menor será a disponibilidade de alimentos³. Ademais, por ser um projecto virado para a exportação, as famílias são destituídas de suas terras e deixam de produzir alimentos para si próprias, num país onde os camponeses representam mais de 70% da população, produzindo mais de 90% dos alimentos consumidos no país.

O ProSAVANA representa um foco de conflito que deve ser resolvido por via do diálogo entre o Governo e as OSC, incluindo as associações de camponeses, sejam elas pequenas ou grandes. A estratégia da JICA e do Governo de Moçambique de dividir as OSC para poder reinar é contraproducente.

Duas Coligações de OSC à volta do ProSAVANA

Conforme referido acima, o Movimento Não ao ProSAVANA surgiu do descontentamento das OSC com a forma como o Governo, particularmente o ministro José Pacheco, e seus parceiros da JICA conduziam o processo do ProSAVANA.

O Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil foi criado em 2016, com patrocínio da JICA, no valor de 206 mil dólares norte-americanos. Agregando um grupo de OSC de Nampula, Zambézia e Niassa, liderado pela Solidariedade Moçambique (SoldMoz) de António Lourenço Mutoua, em 2016 criaram o chamado Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil – uma plataforma a favor do ProSAVANA.

De acordo com informações fornecidas pelo coordenador da coligação que advoga a favor do ProSAVANA no jornal A Verdade (Caldeira, 2016)⁴, aquela rede de OSC é composta pela Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), o Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI), o Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia (FONGZA) e a Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zambézia (RADEZA).

Enquanto a coligação que advoga contra o ProSAVANA é composta por organizações individuais (por exemplo, ADECRU, Justiça Ambiental, UNAC nacional) e conta com o apoio das suas congéneres do Brasil e do Japão, a coligação a favor do ProSAVANA é composta por “plataformas provinciais” de OSC. Estas últimas aparentam serem compostas por um grande número de OSC, mas, na verdade, são os dirigentes das referidas plataformas que, juntamente com António Mutoua, fazem coro dos defensores do ProSAVANA, conforme referido em várias entrevistas em Nampula e Nacala.

A campanha Não ao ProSAVANA não tem uma estrutura de financiamento único, tal como acontece com o Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o ProSAVANA que funciona com fundos da JICA. A campanha é suportada por fundos das organizações que dela fazem parte⁵.

³Santos, J. V. A recolonização de Moçambique pelas mãos do agronegócio. Entrevista especial com Vicente Adriano. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540299-a-recolonizacao-de-mocambique-pelas-maos-do-agronegocio-entrevista-especial-com-vicente-adriano>

⁴ Ver “Organizações da Sociedade Civil do Niassa, Nampula e Zambézia “libertam-se” de Maputo graças aos dólares do ProSAVANA” disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/organiza%C3%A7%C3%B5es-da-sociedade-civil-do-niassa-nampula-e-de-caldeira>

⁵ De acordo com dados fornecidos por Jeremias Vunjane, entrevistado por email, fazem parte da Campanha Não ao ProSAVANA as seguintes organizações: Acção Académica para o Desenvolvimento

Com a divisão discutida nos parágrafos acima registou-se, pela primeira vez em Moçambique, um caso de clara desavença, de forma explícita e aberta, de OSC. Têm havido desentendimentos entre OSC à volta de várias questões no debate do desenvolvimento nacional, mas nunca, como neste caso, se tinham registado duas coligações bem delineadas pugnando por posições contrárias à volta do mesmo assunto.

5.4.2. O caso da Lúrio Green Resources

Quando em 2010, a Lúrio Green Resources entrou em Ribaué, na Província de Nampula, as comunidades de Lanxeque, Meparara e Namacuco foram comunicadas, numa reunião, que se pretendia registar como “*consulta comunitária*”, que seriam reassentadas para dar lugar a plantações de eucalipto. Na ocasião, as cerca de 350 famílias presentes receberam promessas de uma vida melhor em troca dos cerca de 633 hectares de terra: nomeadamente o reassentamento condigno em novas zonas favoráveis à prática de agricultura, incluindo uma compensação monetária adequada pela perda de culturas alimentares e de rendimento, de acordo com aquilo que cada família perdesse na sua terra a favor da empresa. Além disso, houve promessas de construção de uma escola, um centro de saúde para cada uma das comunidades, sem contar com vias de acesso, pontes e postos de emprego que os reassentados teriam no novo empreendimento da Lúrio Green Resources. Nada do prometido foi cumprido, conforme referido por vários entrevistados em Ribaué.

Não houve consulta comunitária tal como manda a legislação moçambicana. As áreas de pousio, de pasto, de recolha de lenha, plantas medicinais, e de inserção social e antropológica não mereceram qualquer tipo de consideração. Surpresos, os moradores viram tractores a invadir as suas terras. No dia em que a empresa foi efectuar o primeiro pagamento, distribuiu envelopes selados e, quando cada um abriu, ninguém ficou satisfeito, pois os mesmos continham valores monetários que variavam entre 1.500MZM e 12.000MZM.

Porém, quando foi interpelada por OSC, a Lúrio Green Resources afirmou ter considerado a participação das partes interessadas para o sucesso do seu projecto a longo prazo, e que as consultas teriam sido realizadas numa base regular, e que continuariam a ser levadas a cabo regularmente, quando se julgasse necessário. Na sequência disso, e para uma participação efectiva das partes, a Lúrio Green Resources alegou ter uma Unidade de Ligação com a Comunidade dentro do seu Departamento de Desenvolvimento Comunitário, que passou a lidar directamente com as questões levantadas pelas comunidades locais em torno da implementação do projecto.

A Lúrio Green Resources reportou ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) que as necessárias consultas foram realizadas em todos os distritos seleccionados para a implementação do projecto, tais como Mecubúri, Ribaué, Nampula, Murrupula e Eráti, onde um total de 61 reuniões de consulta foi realizado, com um total de 4.690 participantes, dos quais 32% eram mulheres. Ela submeteu ao BAD uma solicitação de mais fundos, onde documentou promessas aliantes de contribuir para o primeiro resultado a longo prazo com:

- i. A promoção de associações de agricultores,
- ii. Incentivo ao cultivo local de sementes,
- iii. Perfuração de poços ou fontes de água,
- iv. Divulgação e incentivo ao uso de culturas resilientes à seca, e
- v. O incentivo à produção e plantio local de sementes.

das Comunidades Rurais (ADECRU); Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Nampula, Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala, Fórum Mulher, Justiça Ambiental (JA!), Amigos da Terra Moçambique, Livaningo, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) e União Nacional de Camponeses (UNAC).

Nessa solicitação, acrescentou que estava incorporado no Plano de Desenvolvimento Comunitário e tinha começado a incentivar, não só a criação de actividades de geração de alta renda, mas que iria também contribuir para a segurança alimentar.

Até aos finais de 2014, conforme dados daquela empresa, esperava-se que o regime de fomento tivesse beneficiado um total de 984 famílias e que tivesse cultivado numa área de 330 hectares de espécies variadas de benefício local. De acordo com a observação no terreno feita pelo autor, até Julho de 2017, nada do previsto tinha acontecido.

5.4.3. O caso das empresas AgroAlfa, Matharya Empreendimentos e Mozaco

A União Provincial dos Camponeses (UPC) de Nampula reportou, em 2014, que a empresa AgroAlfa usurpou 650 hectares no distrito de Monapo, na comunidade de Nacololo para produção de soja. Reportou ainda que a mesma empresa estava a enfrentar resistência de uma outra comunidade de Vida Nova, na Aldeia de Meruto, por tentativa de usurpação de cerca de 1.746 hectares, área correspondente a duas antigas machambas coloniais ocupadas pela comunidade local após a independência nacional.

Segundo a ADECRU, a Matharya Empreendimento, uma empresa financiada pelo ProSAVANA, através do Fundo da Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA (*ProSAVANA Development Initiative Fund – PDIF*), em 2014 usurpou terras de mais de 200 famílias camponesas no distrito de Ribaué, no Posto Administrativo de Iapala, na comunidade de Matharya, para a produção de soja, e que a população também pedia terras ao proprietário da empresa para a produção de alimentos porque, para além da terra usurpada, já não havia terra para produzirem nas áreas adjacentes (Ntauzi, 2015).

A empresa Mozaco, através da Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional em África, entre 2013 e 2015, usurpou 2.380 hectares de terra pertencentes a mais de 1500 famílias camponesas da comunidade de Natuto, aldeia de Rucha, Posto Administrativo de Canhunha, Distrito de Malema, na província de Nampula, para dar lugar à produção de soja em larga escala, conforme atestou a ADECRU (2015).

Foi por esta razão que, perante a violação dos seus direitos, em 20 de Fevereiro de 2014, famílias daquela comunidade redigiram uma carta ao Administrador daquele Distrito, com conhecimento à então Governadora da Província de Nampula, Cidália Chauque⁶, e do Director Provincial da Agricultura da mesma província, reivindicando o seu direito de uso e aproveitamento das terras ocupadas pela Mozaco, incluindo o acesso ao cemitério, cuja área foi igualmente ocupada pela empresa. Mas não houve resposta por parte daquelas entidades governamentais. Aquela comunidade vive, até hoje, num clima de conflito latente que pode explodir a qualquer momento.

5.5. Principais actores da Sociedade Civil no Corredor de Nacala

Esta secção faz o mapeamento dos principais actores da sociedade civil que trabalham ao longo do Corredor de Nacala. Não se trata de um mapeamento exaustivo, mas apenas de um levantamento das organizações que trabalham nas temáticas relacionadas com a terra e os recursos naturais.

5.5.1. A União Nacional dos Camponeses, UNAC

A UNAC é um movimento de camponeses que, a nível nacional, representa os camponeses e suas organizações para assegurar a observância dos seus direitos sociais, económicos e culturais, através do fortalecimento das organizações camponesas, participação na definição de políticas

⁶ Actual Ministra da Mulher, Criança, Género e Acção Social.

públicas e estratégias de desenvolvimento para garantir a soberania alimentar, tomando em conta a juventude e equidade de género. Também faz estudos e apoia tecnicamente as OSC do sector agrícola nas suas actividades rotineiras.

Ela intervém no Corredor de Nacala por via da sua filial, a União Provincial dos Camponeses (UPC) de Nampula. A UPC tem como parceiros financeiros e técnicos a Helvetas na área de extensão agrícola para a melhoria da economia rural, a Oxfam Solidarité Bélgica, na agro-ecologia e *lobby* e advocacia para a defesa dos direitos à terra, observando a componente de género, a Care-Moz, na defesa dos direitos humanos para a terra e a iTC-F (Iniciativa para Terras Comunitárias), que apoia na Capacitação das comunidades para a auto defesa da terra e recursos naturais.

5.5.2. A ORAM-Nampula

A Associação Rural de Ajuda Mútua, ORAM-Nampula (ORAM-N), faz parte da ORAM-Nacional que tem vindo a implementar um programa de posse e gestão de terras pelas comunidades rurais bem como de gestão de recursos naturais desde 1996. Ao longo dos últimos quatro anos tem-se dedicado ao fortalecimento da capacidade das comunidades locais em 14 distritos da província de Nampula e mais 4 distritos na província de Cabo Delgado. Actualmente desenvolve um novo conceito, a Cadeia de Valor da Terra Comunitária, (CaVaTeCo). O principal objectivo desta abordagem de cadeia de valor é de transformar a comunidade, as suas instituições e as suas terras e recursos naturais de “matéria-prima” em “produtos” mais valorizados, organizados e atraentes, e conectar estes com o mundo dos investimentos. Esta é uma situação de *win-win*, resultando na acumulação de transparência e de riqueza para as comunidades e, a longo prazo, num ambiente do risco ajustado e investimento estável, com um fluxo de produtos garantido para os investidores.

A ORAM-Nampula é financiada pelo Reino dos Países Baixos, pela Oxfam-Novib, Care e pela Rede Inkota, uma organização alemã que financia projectos em Moçambique com fundos do governo alemão.

5.5.3. Associação Nacional de Extensão Rural, AENA

A AENA apoia a disseminação de melhores métodos agrícolas e agro-florestais, como iniciativas de grupos de interesse locais. A Oxfam e a Care têm sido os seus parceiros essenciais. As suas áreas focais são (i) segurança alimentar, socioeconómica e nutricional; (ii) equidade de género; (iii) advocacia e *lobby* sobre os recursos naturais e extensão rural. Actualmente, desenvolve as suas actividades nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia, mas, para o caso do conjunto de distritos em análise, trabalha nos distritos de Muecate, Monapo, Moma, Rapale, Ribaué e Meconta.

5.5.4. Fórum Terra Nampula

O Fórum Terra Nampula promove e defende os direitos dos camponeses sobre a terra e os recursos naturais. Tem capacitado as comunidades, tanto em matérias de leis, como em métodos de gestão sustentável da terra. A sua acção focaliza-se mais em cinco distritos da província de Nampula, particularmente os afectados pela má gestão dos recursos naturais: Mogovolas, Murrupula, Muecate, Mecubúri e Lalaua, todos ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, procurando garantir que as terras sejam devidamente demarcadas e registadas, para que as comunidades rurais beneficiem do “mecanismo de 20%” em vigor em Moçambique, que prevê a canalização para a comunidade de uma percentagem dos lucros de qualquer mega empresa que explora os seus recursos naturais locais - em agro-negócio, mineração, turismo, etc.

5.5.5. A Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU).

A ADECRU é uma organização que estimula os focos da consciência cidadã e a agenda de desenvolvimento local, promovendo maior envolvimento e interacção entre os vários actores nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento das comunidades rurais. Tem vindo a levar a cabo estudos sobre os conflitos de terra e a violação dos direitos de terra inerentes aos grandes investimentos. Tem beneficiado de financiamentos da Global Greengrants Fund, da Ajuda Popular da Noruega e dos fundos suecos por via da We Effect.

6. CONCLUSÕES E LIÇÕES APRENDIDAS: CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA EXTROVERTIDA EM MOÇAMBIQUE

O Corredor de Nacala (CN) é um dos eixos mais importantes da configuração da economia moçambicana e da sua ligação com os países vizinhos do Malawi e da Zâmbia. A sua importância geoestratégica deriva do porto de águas profundas, da linha férrea, que liga aquele porto àqueles dois países e, mais recentemente, da linha férrea destinada a escoar o carvão mineral extraído em Moatize.

A vastidão e riqueza de interesses económicos fazem com que o Corredor de Nacala receba avultados volumes de investimento directo estrangeiro particularmente direccionados às áreas do agro-negócio, da logística e da governação por via das organizações da sociedade civil. Países como Holanda e Noruega destacam-se no Corredor com financiamento a organizações da sociedade civil que trabalham na área de posse e gestão de terra. O Brasil e o Japão aparecem como os principais investidores na logística: linha férrea Moatize-Nacala e os portos de Nacala e de Nacala-a-Velha.

Entidades como o Banco Mundial e o Reino Unido (DFID) têm interesses ao longo do Corredor por via de projectos de agro-negócios com o sector privado e segurança da posse de terra por parte das comunidades locais.

Os investimentos anunciados para outros sectores, como, por exemplo, o da energia, não têm saído do papel. Tal é o caso da empresa Malema Orgânica Lda, com 10 mil hectares de terra para um investimento, até agora fantasma, de bio-energia na base de cana-de-açúcar. Isto significa que nem todos os projectos anunciados para o Corredor de Nacala se têm materializado. Por outro lado, isto significa que os projectos de logística continuam a ser os mais importantes em termos de volume de investimento, implementação do projecto e seu impacto na configuração socio-económica do Corredor de Nacala.

De facto, o maior IDE efectuado no Corredor de Nacala até agora é aquele do Corredor Logístico Integrado. Iniciado em 2012, com um investimento total na ordem de 4,5 mil milhões de dólares americanos, o consórcio inicialmente formado pela Vale S.A. e pela empresa pública moçambicana Portos e Caminhos de Ferro (CFM) integra, desde Março de 2017, um terceiro accionista, o conglomerado japonês MITSUI. O objectivo principal do empreendimento é escoar carvão mineral de Moatize para o mercado internacional.

Outros IDE de vulto registados ao longo do corredor estão concentrados na área de agro-negócios: produção alimentar para exportação. Tais são os casos do emblemático ProSAVANA, que envolve os Governos de Moçambique, do Japão e do Brasil; da Agromoz de que fazem parte o antigo Presidente da República, Armando Guebuza e seu parceiro Salimo Abdula; do projecto Rio Lúrio e da Mozaco.

A par da empresa Portos do Norte, o conjunto dos investimentos realizados no Corredor de Nacala serve para consolidar o padrão extrovertido da economia moçambicana: são empreendimentos que servem mais a interesses de fora do país do que de dentro.

Esse padrão acaba figurando como uma estratégia de desenvolvimento nacional, embora não esteja enunciada em nenhum documento oficial. Como escrevem Hanlon e Smart (2008): *“Em lugar de uma estratégia de desenvolvimento, Moçambique tem uma série de crenças e suposições. Aquela que está no centro de todas, reza que se Moçambique cria capital humano (saúde e educação) e infraestrutura (estradas e electricidade), os investidores estrangeiros voam para cá e uma dinâmica classe empresarial interna vai emergir. Ligado a isto, está um pressuposto que implica transferir o fardo e a responsabilidade do Governo para cima dos mais pobres. Em vez de organismos Estatais de comercialização e armazéns nacionais para cereais, os camponeses devem agora armazenar a sua colheita e suportar os riscos do mercado e do clima. Muito mais pessoas devem estar a viver do seu auto-emprego e do ‘sector informal’, em vez de empregos no sector formal”*.

Esse padrão de desenvolvimento é suportado pela aliança entre o Estado e o grande capital nacional e estrangeiro, que se confundem. Como já dizia Marx, o Estado funciona como um comité onde a burguesia trata dos seus negócios. E Moçambique não deixa de ser um bom exemplo. Isto acontece num sistema de governação clientelista e neo-patrimonial, e por vezes rendeiro.

REFERÊNCIAS

ADECRU. 2014. Associações de camponeses em Nampula agastadas com a implementação do Modelo II do ProSAVANA. Nampula, Acedido 18/06/2017, de <https://adecru.wordpress.com/2014/12/03/associacoes-de-camponeses-em-nampula-agastadas-com-a-implementacao-do-modelo-ii-do-ProSAVANA/>

ADECRU. 2015. Nova Aliança do G8 Atinge e Usurpa Terra e Água de 50 mil Pessoas em Moçambique. Nampula. Acedido 18/06/2017, de <https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-usurpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique/>

AFRICA MONITOR INTELLIGENCE (AMI). 2017. Debilidades do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Pesquisa e Análise. Special Report No. 25. Edição de 20 de Junho de 2017. Lisboa

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). 2013. Use of Political Economy for ADB Operations. Manila

BARRA, L. 2015. *Usurpadores de Terras em Moçambique*. Acedido a 21/03/2016, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/usurpadores-de-terras-em-mocambique=f810619>

CALDEIRA, A. 2016. Organizações da Sociedade Civil do Niassa, Nampula e Zambézia “libertam-se” de Maputo graças aos dólares do ProSAVANA”, Jornal A Verdade disponível em <https://pt.linkedin.com/pulse/organiza%C3%A7%C3%B5es-da-sociedade-civil-do-niassa-nampula-e-de-caldeira>

CASTEL-BRANCO, C. N. 2010. Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. IESE. Maputo

CASTEL-BRANCO, C. N. 2010. Reflexões sobre o Pilar Económico do PEP Nampula 2020. Lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Nampula 2010-2020 (PEP Nampula 2020), IESE. Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/PEP2020_PilarEconomico_CNCB.pdf

CAPORASO, J. A. 1992. Theories of Political Economy. Cambridge: Cambridge University Press.

CHANG, H.-J. & ROWTHORNE, R. (1995). The Role of the State in Economic Change. Cambridge: Clarendon Press Oxford.

DFID. 2009. Political Economy Analysis – How to Note. London

FRITZ, V.; BRIAN, L.; e ORT, R. (Eds); 2014. Problem-Driven Political Economy Analysis – The

WORLD BANK’S EXPERIENCE. Directions in Development. Public Sector Governance. Washington D.C

GAMBLE, A. (1995). The New Political Economy. Political Studies Vol. 43 No. 3 , 516-530.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2009. Plano de Desenvolvimento Regional Norte. Nampula

GOVERNO DE NAMPULA. 2010. Plano Estratégico de Desenvolvimento de Nampula

2010-2020. Nampula

HANLON, J. e SMART, T. 2008. Há Mais Bicicletas – Mas há Desenvolvimento?
Kapicua, Maputo

HUDSON, D. e LEFTWICH, A. 2014. From Political Economy to Political Analysis.
Development Leadership Programme – Leaders, Elites and Coalitions. Birmingham

LEFTWICH, A. 2011. Thinking and working politically: What does it mean, why is it
important and how do you do it? (DLP Evidence, Research and Policy Workshop, Frankfurt,
Germany, 10-11 March).

MACAUHUB. 2014. Mozambique Plans to Grant Licenses for Heavy Sands Surveys in
Nampula. (6 January 2014) <https://macauhub.com.mo/2014/01/06/mozambique-plans-to-grant-licenses-for-heavy-sands-surveys-in-nampula/>

MOSCA, J. 2004. SOS África. Angola: Agricultura e desenvolvimento. Piaget. Lisboa

MOSCA, J. 2010. Endogeneização do desenvolvimento: o que é? Economicando. Jornal Savana
de 29.01.2010

NUVUNGA, A. 2014. Economic Instruments of Party Control in Mozambique. Adaptado da
apresentação feita na Conferência “Social Science for Development”, na Universidade de
Stellenbosch, 28 October-1 November 2013

NTAUZI , C. (2014). Moçambique: Camponeses Acusam Candidatos à Presidência da
República de Marginalizarem a Agricultura Camponesa. ADECRU – Maputo. Acedido a
19/06/17, de <http://www.siemenuu.org/pt-pt/news/mozambique-camponeses-acusam-candidatos-presidencia-da-republica-de-marginalizarem-agricultura>

PROSAVANA-TEC. 2011. Projecto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência
de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique

SHARIFE, K. e NHACHOTE, L. 2016. “Panama Papers”: Vendendo machambas
moçambicanas a empresas offshore. Jornal A Verdade. Disponível em
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/58789-panama-papers-vendendo-machambas-mocambicanas-a-empresas-offshore>

SELEMANE, T. 2010. Questões à Volta da Mineração em Moçambique. CIP. Maputo

SELEMANE, T. 2014. Coal-based linkages and development – A political economy
perspective. Unpublished Masters Thesis. School of Economics and Business Sciences,
University of the Witwatersrand. Johannesburg

STANILAND, M. 1985. What Is Political Economy? A Study of Social Theory and
Underdevelopment. Harvard: Harvard University Press.

TAYLOR. C. 2015. Production Suspended at Kenmare’s Moma Mine Industrial Action Brings
a Halt to Work at Mine in Mozambique. <https://www.irishtimes.com/business/energy-and-resources/production-suspended-at-kenmare-s-moma-mine-1.2261150>

UNAC-GRAIN. 2015. Os usurpadores de terras no Corredor de Nacala. Disponível em
<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>

WORLD RAINFOREST MOVEMENT (WRM). 2016. Stop plantations expansion in Mozambique! Montevideo – Uruguay, acessado 19/06/2017, <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/stop-plantations-expansion-in-mozambique/>.

Nº	Título	Autor(es)	Ano
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Mai de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Mai de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016

Nº	Título	Autor(es)	Ano
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide Agy	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Mombaça	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martin	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Ano
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, Antónic Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Mai de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrícola e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnio	Abril de 2014
14	Investimento no sector agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingerma	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012

Nº	Título	Autor(es)	Ano
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

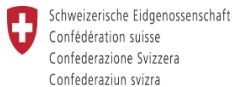


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org